

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às 09h 20min no Auditório do Parque Massario Okamura, ocorreu a 13ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 34ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Informes; apreciação de Minuta Resolução nº 43, que estabelece os critérios técnicos para análises dos pedidos de autorização de perfuração de poços para captação de águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso; Apreciação de Minuta Resolução nº 44, que Estabelecer critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Leandro Maraschin, Secretário Executivo do CEHIDRO em substituição, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sras. Telma Luzia Monteiro, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sra. Daniela Maimoni de Figueiredo, representante da ARPCA; Sra. Ildisneya Velasco Dambros, representante da SANECAP; Sr. Décio Elói Siebert, representante do IPAC; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sra. Josita Correto da Rocha Priante, representante do COORIMBATA; Sra. Juliana Nogueira Ferreira, representante do INAE. O Secretário Executivo em substituição iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando que o Secretario de Estado do Meio Ambiente, Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho, e que o Secretario Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli não puderam comparecer a reunião devido a coincidência de horário com a reunião de condução da SEMA. Em seguida, pôs em apreciação a Ata da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou aos conselheiros que a Superintendência de Recursos Hídricos solicitou a inclusão na pauta da reanálise da resolução nº 42 que trata dos usos independentes de outorga, uma vez que foi necessária a realização de algumas alterações e a mesma ainda não foi publicada, o que foi aprovado pelos conselheiros. Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo passou a palavra a Secretaria do CEHIDRO a qual colocou aos conselheiros que ocorrerá em Cuiabá no dia 21 de outubro, na Assembléia Legislativa, uma reunião do Ciclo de Palestras e Debates da Frente Parlamentar Ambientalista para o Rio +20, integrando um total de seis reuniões e destacando que o tema a ser discutido no Mato Grosso será recursos hídricos, sendo fundamental a presença dos conselheiros. Informou em seguida aos conselheiros que o estado de Mato Grosso está pleiteando sediar o XIV Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que ocorrerá em 2012, sendo um dos temas a serem defendidos pelos representantes da SEMA no Encontro Nacional dos Comitês de Bacias

38 Hidrográficas que ocorrerá em São Luiz, de 23 a 28 de outubro. O Secretario Executivo passou
39 então a palavra para a conselheira Josita Priante, que informou aos conselheiros que o Centro
40 de Reuso da água está pleiteando a formação do comitê dos rios urbanos de Cuiabá e
41 aproveitou pra agradecer a participação do conselheiro Décio Siebert na formação do comitê. A
42 seguir o Secretario Executivo colocou em apreciação a Minuta da Resolução nº 43, que
43 estabelece os critérios técnicos para análises dos pedidos de autorização de perfuração de
44 poços para captação de águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso, passando
45 a palavra ao Sr. Nédio Pinheiro. O Sr. Nédio Pinheiro colocou aos conselheiros que a minuta já
46 foi discutida na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas onde foram analisados os critérios
47 técnicos, sendo complementado pelo conselheiro Décio Siebert que esta e a função das
48 câmaras técnicas, procedendo o Sr. Nédio Pinheiro à leitura da minuta. A conselheira Ildisneya
49 Dambros solicitou que fosse encaminhado o roteiro para autorização de perfuração, sendo
50 respondido pela Secretária do CEHIDRO que será encaminhado por email. A conselheira Josita
51 Priante questionou se o conceito de captação insignificante é claro para a SURH, sendo
52 respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro que sim. A conselheira Daniela Maimoni perguntou se a
53 outorga e dada após a perfuração, sendo respondida pelo Sr. Nédio Pinheiro que sim, uma vez
54 que a mesma e dada em relação ao teste de bombeamento, destacando que isto inclusive
55 incentiva a contratação de bons profissionais, pois um teste mal feito levará a uma menor
56 outorga de captação. A conselheira Ildisneya Dambros questionou se no roteiro para
57 autorização de perfuração terá questionamento sobre a disponibilidade de atendimento pela
58 SANECAP, ao que o Sr. Nédio Pinheiro respondeu que há o entendimento que a água
59 subterrânea é de domínio do Estado, ponderando que no caso do grupo Cuiabá, não será
60 outorgada poços para uso coletivo, como nos casos de condomínios, mas somente para usos
61 individuais pois não se tem disponibilidade hídrica para isto. A conselheira Daniela Maimoni
62 perguntou que atitude será tomada em relação aos condomínios que já possuem poço, sendo
63 respondida pelo Sr. Nédio Pinheiro que quando os mesmos forem renovar sua licença de
64 operação serão verificados os casos, ponderando ainda que somente serão outorgada a água
65 com qualidade para consumo, sendo solicitado o tratamento adequado quando não estiver nos
66 padrões adequados. A conselheira Ildisneya Dambros questionou se no roteiro para
67 autorização de perfuração será questionada a finalidade de uso da água, sendo respondida
68 pela Sra. Ellen Pantoja, Gerente de Outorga da SEMA, que será solicitada esta informação,
69 inclusive para se solicitar ou não o tratamento da água quando necessário, uma vez que a
70 qualidade e sempre relacionada ao uso do recurso. A conselheira Daniela Maimoni questionou
71 se a outorga irá substituir o licenciamento, sendo respondida pelo Sr. Nédio Pinheiro que sim,
72 uma vez que para a gestão dos recursos hídricos o instrumento adequado é a outorga. O
73 Secretario executivo colocou que são duas fases para se obter a outorga da água subterrânea,
74 uma autorização da perfuração e a outorga propriamente dita, e questionou se esta não seria

75 uma competência do CREA. O Sr. Nédio Pinheiro respondeu que é uma competência do CREA
76 porem como a gestão das águas subterrâneas é do estado, temos o dever de verificar. A
77 conselheira Daniela Maimoni questionou se seria possível incluir no roteiro se haverá mistura da
78 água da SANECAP com a água proveniente do poço para verificar possíveis fontes de poluição,
79 sendo colocado pelo Sr. Nédio Pinheiro que será inserido este item. A conselheira Telma
80 Monteiro questionou se não será pedido na outorga a análise de todos os parâmetros de água
81 para consumo humano, sendo ponderado pela conselheira Daniela Maimoni que o ideal seria
82 que fossem feitas todas estas análises, porem fica muito caro para os pequenos usuários, o
83 que e o caso. A conselheira Telma Monteiro ponderou que seriam cobrados somente em casos
84 de água para consumo humano, especificamente para fornecedoras para municípios, sendo
85 colocado pela conselheira Ildisneya Dambros que a Resolução do Ministério da Saúde nº 518 já
86 tem uma cobrança excessiva sobre as fornecedoras de água quando se compara as exigências
87 feitas aos condomínios. O conselheiro Décio Siebert ponderou que esta discussão não e o foco
88 da reunião do dia, solicitando que se voltasse a apreciação da minuta. O Secretario Executivo
89 questionou se alguém teria mais alguma consideração a fazer sobre a minuta, e ninguém se
90 manifestando, colocou a mesma em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. O
91 Secretario Executivo colocou em apreciação a Minuta da Resolução nº 44, que estabelece
92 critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas
93 subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso, passando a palavra ao Sr. Nédio Pinheiro
94 que procedeu a leitura da mesma. A conselheira Daniela Maimoni questionou porque o prazo
95 de validade da outorga será de 5 anos, ao que o Sr. Nédio Pinheiro colocou que foi colocado
96 este prazo para seguir o prazo do licenciamento. A conselheira Daniela Maimoni questionou se
97 os parâmetros físico-químicos-bacteriológicos estão definidos, ao que o o Sr. Nédio Pinheiro
98 respondeu que estão listados no roteiro, sendo sugerido pela conselheira que fosse inserido um
99 parágrafo único no artigo 7º com a redação “Os parâmetros da qualidade da água serão fixados
100 em roteiro e/ou formulários específicos definidos pela SEMA”, o que foi aprovado pelos
101 conselheiros. O Sr. Nédio Pinheiro ponderou que o valor para captações insignificantes definido
102 no art. 8º seguiu o já determinado para outros estados, não possuindo nenhum critério técnico
103 específico. A conselheira Daniela Maimoni questionou se o cadastro de captação insignificante
104 possui custo, sendo respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro que custa duas UPF, em torno de
105 setenta e dois reais, ao que a conselheira colocou que e um valor caro para algumas pessoas e
106 sugeriu que fosse feita uma moção isentando de custo este cadastro, ficando decidido que a
107 Secretaria Executiva verificaria a viabilidade desta isenção, o que foi aprovado pelos
108 conselheiros. A conselheira Daniela Maimoni questionou se a análise a ser feita citada no art.
109 11 deve ser mensal, ao que o Sr. Nédio Pinheiro respondeu que somente o consumo é mensal.
110 A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que a redação do art. 11 ficasse “O usuário de água
111 subterrânea outorgado fica obrigado a enviar anualmente as análise dos parâmetros da

112 qualidade da água e a planilha mensal de consumo de água, conforme modelos definidos pela
113 SEMA”, o que foi aprovado pelos conselheiros. O Secretario Executivo questionou se alguém
114 teria mais alguma consideração a fazer sobre a minuta, e ninguém se manifestando, colocou a
115 mesma em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta,
116 o Secretario executivo colocou em apreciação a reavaliação da Resolução n° 42 que
117 Estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises de usos independentes de
118 outorga, passando a palavra a Sra. Ellen Pantoja, a qual apresentou aos conselheiros as
119 mudanças feitas. Iniciou colocando aos conselheiros que foi pedida a não publicação devido a
120 uma inconsistência que limitava a captação para atendimento de pequenas população em rios
121 com vazão acima de 300 litros por segundo, aproveitando-se para se fazer mais algumas
122 alterações. Colocou que foi incluído o § 3° no artigo 2°, com o texto igual ao constante no
123 Decreto 336 e alterou-se o nome do cadastro para “Cadastro de Captação/Diluição
124 insignificante de Recursos Hídricos”. A conselheira Alessandra Panizi questionou porque não
125 fazer cadastros separados para captação e diluição, sendo respondida pela Sra. Ellen Pantoja
126 que o cadastro possui campos tanto para diluição quanto para captação. Dando continuidade, a
127 Sra. Ellen Pantoja colocou que foi inserida a análise do uso racional do recurso durante a
128 avaliação técnica, porque e algo que já e feito porem não constava em nenhum local e se
129 inseriu também o art. 5°, o qual lista usos que independem de outorga ou cadastro porque não
130 e feito pela SEMA e em alguns casos não temos condições de fazer, destacando que a
131 drenagem não se encontra nacionalmente ainda definida, sendo tópico da Câmara Técnica de
132 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras do Conselho Nacional
133 de Recursos Hídricos. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fossem retirados os incisos
134 III e IV do Art. 5°, o que foi aprovado pelos conselheiros. Questionou ainda se o cadastro deve
135 ser aprovado, pois na forma como esta descrito não demonstra que será emitido nenhum
136 documento. A Sra. Ellen Pantoja colocou que a análise do cadastro é exatamente igual a da
137 outorga, e se emite uma portaria de que o uso é insignificante. A conselheira Alessandra Panizi
138 sugeriu então que a redação do Art. 3° ficasse “Os usuários pertencentes à categoria de uso
139 independente de outorga deverão requerer à SEMA o “Cadastro de Captação/Diluição
140 insignificante de Recursos Hídricos” de acordo com a legislação pertinente e serão passíveis de
141 ações de fiscalização e sanções penais”, o que foi aprovado. O Secretario Executivo questionou
142 se alguém teria mais alguma consideração a fazer sobre a Resolução n° 42, e ninguém se
143 manifestando, colocou a mesma em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. A
144 conselheira Alessandra Panizi questionou a Secretaria do CEHIDRO sobre as inscrições para
145 concorrer a uma vaga como representante de organizações não governamentais e usuários de
146 água para o biênio 2012-2013, ao que a Secretaria colocou que ainda não analisou os
147 processos pois estava de férias e retornou somente no dia 10, tendo se ocupado com a
148 organização da reunião de hoje, porem percebeu que muitos que integram hoje o conselho não

se inscreveram, ocorrendo uma predominância de usuários. Colocou ainda que a data da eleição ainda não foi marcada, porem será avisado a todos os inscritos assim que agendada e publicado em diário oficial. Explicou que este ano o processo será diferenciado, com a junta eleitoral deferindo ou não as inscrições mas as votações sendo realizadas pelas entidades inscritas, cada qual tendo direito a votar em três entidades, ficando eleitas as nove que possuírem mais votos, e as demais como suplentes. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 14min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO

Presidente do CEHIDRO

LEANDRO MARASCHIN

Secretário Executivo do CEHIDRO em
substituição

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 15/12/2011.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*